

REDE NOSSA SÃO PAULO

Este documento faz parte do
Repositório Digital da
Rede Nossa São Paulo

www.nossasaopaulo.org.br

Facebook, Youtube e G+: Rede Nossa São Paulo

Twitter: @nossasaopaulo

Reunião do Colegiado de 27/8/08

Participantes: Odilon, Belintani, Marco Antonio, Gustavo Cherubine, Paulo Itacarambi, Sema, Maria Alice Nassif, Xixo, Eduardo Ferreira, Caci, Luanda, Oded, Maurício, Padre Jaime, Chico Whitaker, Salete Camba

CONSELHO DE REPRESENTANTES – Estratégias para a instituição dos conselhos de representantes nas subprefeituras

1ª etapa:

1 – Advogado Luciano Santos irá à Brasília para esclarecer o juiz-relator do STJ. A idéia é fazer pressão pelo julgamento e um diagnóstico das perspectivas, o que nos orientará nas estratégias seguintes.

2 – Comprometer os candidatos à Prefeitura de São Paulo que irão ao segundo turno das eleições.

2ª etapa:

3 – Produção de cartilha de esclarecimento, sintética, para distribuição pela cidade.

4 – Concomitantemente à distribuição das cartilhas, fazer esclarecimento à grande imprensa. Produzir “spam” para circular pela internet. Esta etapa se dará logo após o segundo turno da eleição municipal.

5 – Conversa com poder público municipal. Marcar audiência com Ricardo Montoro, já sensibilizado ao tema, para trabalhar na “fresta” entre os governos.

Obs: Preparar todas as estratégias da segunda etapa a partir de agora.

Comentários:

Caci falou da importância do controle social da população em uma cidade com as dimensões de São Paulo. É fundamental popularizar, para resolvermos o impasse jurídico.

Odilon relatou sua experiência como subprefeito e vereador. Precisaríamos popularizar a questão do conselho para pressionar o executivo para mandar um projeto de lei para criação de um conselho que não tenha partidos, que seja eleito.

Gustavo disse que é preciso investir nessa nova formulação. O projeto de lei do conselho de representantes não conversa com as 3 leis que o MNSP colocou como propostas. “Eu sou pela popularização, pelo debate e pela discussão de um projeto de lei que seja coerente com os princípios do MNSP”.

Caci ressaltou que o fato do MNSP deixar público a questão, pressionar o judiciário, vai nos familiarizando com a questão. Temos que ir ao judiciário e isso é muito significativo. Não temos essa cultura de participação, é um processo pedagógico. Uma vitória na justiça seria altamente significativa.

Oded avaliou que as idéias apresentadas não são conflitantes. O acompanhamento dos indicadores é fundamental para a amarração dos conselhos. Nós temos uma agenda para os conselhos. Podemos amarrar isso na aprovação do modelo antigo. Temos que fugir da paternidade partidária, como ocorreu da outra vez. Tem que ser uma ação da sociedade. Se for o caso, podemos pensar numa lei de construção coletiva. Na ida à Brasília, as organizações sociais de lá podem acompanhar.

Paulo concordou que ganhos na justiça fortalecem o MNSP. É simbólica. A principal ação seria colocar o tema na agenda política. Os candidatos poderiam pedir ao relator a aprovação da lei. Isso cria um fato político.

Dr. Luciano lembrou que o projeto era do PT e o PSDB não quis assumir. Se conseguirmos o ganho na justiça podemos negociar com o próximo governo. Por que não apresentamos

outro projeto à época? O grupo achou uma afronta o executivo vetar e todo o trabalho seria perdido. E nada garante que um outro projeto também não seja vetado.

Oded – encaminhamentos:

- Ir à Brasília, formar um grupo lá de acompanhamento;
 - O GT de Democracia Participativa pode apresentar uma agenda de mobilização.
-

PROGRAMA DE GOVERNO DE MARTA SUPLYCY

Participação de Roberto Garibe, Ubiratan e Jorge Wilhelm

Jorge Wilhelm leu documento assinado pela candidata Marta Suplicy, em que comenta cada uma das 10 propostas apresentadas pelo MNSP. O documento foi entregue ao Oded e está disponível no portal do Movimento.

Jorge afirmou que, se eleita, Marta vai retomar a descentralização orçamentária, inclusive na Saúde e Educação. Isso sempre no sentido da descentralização e participação. “Vamos usar indicadores de referência internacional, e não só os melhores da cidade. Daremos continuidade à política de transparência de dados. Na última diretriz do programa de governo – sobre gestão municipal – fazemos referência ao problema da comunicação. É fundamental concretizarmos a comunicação entre governo e sociedade”.

Maurício ressaltou que, no item 6, sobre a divisão orçamentária por subprefeitura, o ideal é obtermos os números por distrito, como prevê a emenda 30 à Lei Orgânica do Município. Seria interessante mantermos essa perspectiva na pauta, porque é o que diz a lei. Jorge ponderou que a possibilidade de fazermos o orçamento por distrito é uma perspectiva, mas não se pode assumir esse compromisso hoje. É arriscado.

Ubiratan disse que há uma concordância de tentarmos avançar na questão local, na descentralização da gestão financeira. Na área da saúde, por exemplo, estamos prevendo a divisão, as metas, por subprefeitura, já pensando nos distritos que serão beneficiados. Há uma série de políticas que não são especificamente regionais. A intenção existe, é um exercício, mas não dá para garantirmos isso para tudo.

Oded reforçou que, tendo a intenção, é possível avançar. Uma das coisas que aconteceram durante a gestão da Marta e que não tiveram continuidade foi o Fórum Empresarial para o Município – mais de mil parcerias foram feitas, a custo zero para a cidade. Seria importante termos claro o quanto foi aplicado em cada distrito, seria importante para a própria gestão.

Odilon disse que, no que diz respeito ao Orçamento, quando a Marta descentralizou era muito mais fácil saber o quanto era aplicado e onde. “O que eu acho que é possível ser feito: se colocar um dígito a mais nos registros vai dar para saber exatamente o quanto foi aplicado em cada distrito. Pelo menos nas despesas isso é possível”.

Chico Whitaker ressaltou que há uma diferença entre a previsão e a execução. Mesmo que a previsão seja por subprefeitura, seria importante informar a execução por distrito. Um ponto que tem sido esquecido é a consulta pública para obras de grandes impactos sociais, econômicos e ambientais. Não houve a regulamentação. Isso seria importantíssimo entrar em discussão. A prefeitura poderia ajudar a regulamentar o item que prevê a consulta a população. Jorge argumentou que, no programa, está claro que a consulta será por todos os meios. A consulta à população será maximizada.

Salete destacou que muitas ações não refletem na questão orçamentária. Muitas atingem metas mais não impactam o orçamento. E mesmo assim seria importante termos as informações por distrito. E não dá para esquecer que todas as esferas de governo têm que ser articuladas.

Gustavo sugeriu que o MNSP tenha um lugar no governo de transição. O primeiro ano vai ser de recuperação das políticas anteriores. Precisamos acompanhar o começo da gestão. Isso nunca ocorreu.

LUTA PELA REDUÇÃO DO ENXOFRE NO DIESEL:

Oded fez um relato da reunião ocorrida em 26/8, em Brasília, com o Ministro Carlos Minc, a terceira com todos os envolvidos. Além do encontro, foi entregue o abaixo-assinado nas embaixadas da Suécia, Alemanha e Estados Unidos. Presidente das montadoras (no Brasil e no exterior) e os conselheiros da Petrobras também receberam, juntamente com uma carta. A situação que foi criada tem muitas responsabilidades – do ministério do meio ambiente, do conama, da Petrobras... – e todos foram omissos. Qualquer mudança no âmbito do conama será um termo de ajuste de conduta – haverá compensações ambientais e para a saúde.

REUNIÃO DE PLANEJAMENTO:

A idéia é fazer em 2 dias de encontro, fora de São Paulo, no final de novembro. Uma sugestão é no Guarujá. Gustavo sugeriu cooperica – que herdou o Instituto Cajamar. Sesc Bertoga é uma idéia. Maria Alice Nassif ficou de ver. Decisão já na próxima reunião.

CARTA DE PRINCÍPIOS:

Observações incluídas.

Chico – “impacto ambiental e de grande valor elevado” foi trocado por “impacto no território do município” – podemos colocar o texto original e o parênteses (como especificado na Lei Orgânica) e quaisquer outros no território do município.

Representação do movimento – “não pretende representar a sociedade civil” foi retirado. Oded explicou que o MNSP toma posições, ao contrário do Fórum Social Mundial. Há uma diferença. Sema justificou que ficou uma posição neutra. Do contrário, poderia enfraquecer. Oded ressalta que isso poderia ser usado contra nós politicamente. É “UM” movimento da sociedade civil, não “O” movimento. Ficou acertado que a frase ficará: “É um movimento da sociedade civil, **dentre outros**”.

REPRESENTATIVIDADE:

Oded afirmou que há um esforço enorme para descentralizar, inclusive por parte da secretaria executiva, mas isso não tem respostas.

Sema lembrou que é preciso criar mecanismos para aferir quem fala e quem não fala. Queremos que esse movimento não seja usurpado personalisticamente por ninguém. Podemos colocar que não há porta-vozes permanentes, individualizados...

Paulo Itacarambi sugeriu a frase: “não tem um porta-voz único e suas posições são representadas por aqueles (pessoas ou instrumentos) que melhor representem determinados momentos, ações ou questões”.

Oded encerrou dizendo que a carta de princípios será divulgada já, mas que será revista na reunião de Planejamento Estratégico. A secretaria-executiva fica incumbida de regulamentar processos, representação etc.